

**Lei 1211/2023**

(Projeto de Lei nº 028/2023 – Autoria: Poder Executivo)

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL, VEÍCULO, PARA A FUNDAÇÃO CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO MISSÃO RESGATE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **Prefeita Constitucional do Município de Conde**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Conde, Estado da Paraíba faz saber o que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder **DIREITO REAL DE USO DE BEM** que abaixo especifica a FUNDAÇÃO CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO MISSÃO RESGATE, inscrita no CNPJ **17.922.227/0001-97**, com endereço na Rua Clarisse Lispector, s/n, Quadra 08-F, bairro Nossa Senhora das Neves, na cidade de Conde, representada pela Presidente Sra. Valquíria de Amorim Rodrigues Uchoa, o seguinte bem móvel:

OBJETO	QUANTIDADE
Veículo Ônibus, Placa SKZ5D23, Combustível: Diesel, Marca/Modelo: vw/Neobus 15.190, Ano/Modelo: 2022/2023, Cor: AMARELA, Nº Chassi: 9532E82W5PR042904, Nº Renavam: 01351325601	01

**Art. 2º** - A cessão do veículo tem como objetivo a melhoria das atividades executadas pela Fundação, no tocante ao atendimento e acompanhamento de suas atividades, em especial ao atendimento de mais de uma centena de crianças autistas.

**Art. 3º** - A Cessionária compromete-se, enquanto vigorar a presente cessão, em trabalhar em conjunto com as Secretarias de Desenvolvimento Social – SEDES, e Secretaria Municipal de Saúde – SMS, visando haver uma colaboração conjunta em ações de proteção às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

**Art. 4º** - A **cessionária** assume por esta Lei e pelo Instrumento a ser firmado toda a responsabilidade pelo pagamento de taxas, impostos, penalidades, despesas de guarda e outras que por ventura venham a existir sobre o referido bem, como também por possíveis acidentes, furto, roubo, avarias do referido bem.

**Art. 5º** - A propriedade do bem permanece com o Município de Conde, podendo a **Cessionária** apenas utilizá-lo.

§ 1º - O Poder Público Municipal reserva-se o direito de fiscalizar a utilização do bem.

§ 2º - A Cessionária assume todas as despesas com eventual manutenção do bem objeto desta Lei.

§ 3º - Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar atos, atitudes ou uso inadequado do bem, por parte da **Cessionária**.

**Art. 6º** - A Cessão de que trata esta Lei será firmada através de Termo de Cessão, e terá o prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura, que poderá ser prorrogado por igual período desde que presente o interesse público.

**Parágrafo único.** A Cessão poderá ser cassada pelo Poder Executivo Municipal se as condições estabelecidas nesta Lei, no termo ou contrato, forem descumpridas ou caso o bem não esteja sendo utilizado adequadamente, ou ainda por interesse público devidamente justificado, revertendo-se automaticamente todos os direitos ao patrimônio do Município de Conde, cessando-se por completo qualquer direito da Concessionária.

**Art. 7º** - Outras condições para esta cessão poderão ser estabelecidas no Termo de Cessão e ser firmado após a aprovação desta Lei, na qual constarão cláusulas definidoras das obrigações e responsabilidades das partes.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conde, 16 de outubro de 2023.

**KARLA PIMENTEL**  
PREFEITA DE CONDE